



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Entre o movimento social e a universidade: a construção de uma assessoria técnica popular¹

Letícia Araújo Notini

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG

Sessão Temática 9: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. Este artigo traz um relato da experiência de construção, dentro de um movimento social de luta por moradia em Minas Gerais, de uma assessoria técnica popular, coletivo composto majoritariamente por estudantes universitários que vinham se formando entre práticas extensionistas e militantes. A consolidação deste espaço surge como uma estratégia de organização do trabalho que vinha sendo desenvolvido por uma grande militância, principalmente da área da arquitetura e do urbanismo, e que vinha construindo um modo e um tempo mais cotidiano e alinhado aos processos dentro do movimento e dos territórios populares. Debruçar-se sobre as experiências junto a coletivos de assessoria técnica tem por objetivo investigar dinâmicas, estratégias e atravessamentos que revelem pistas para a crítica e para a prática. Este artigo vem corroborar com essa investigação de modo a criar costuras entre a assessoria técnica, o movimento, a universidade, as inquietações sobre a prática e a crítica ao modo hegemônico de produção arquitetônica.

Palavras-chave. Assessoria Técnica; Movimento Social; Universidade; Crítica arquitetônica.

Between the social movement and the university: building a popular technical advisory

Abstract. This article presents an experience of building, within a social movement fighting for housing in Minas Gerais, a popular technical advisory, a collective composed mostly of university students who had been forming between extensionist and militant practices. The consolidation of this space emerges as a strategy for organizing the work that was being developed by a large militancy, mainly in the area of architecture and urbanism, and which had been building a more everyday mode and time, aligned with the processes within the movement and the popular territories. Dealing with experiences with technical advisory groups aims to investigate dynamics, strategies and crossings that reveal clues for criticism and practice. This article corroborates this investigation in order to create seams between technical assistance, the movement, the university, concerns about practice and criticism of the hegemonic mode of architectural production.

Keywords: Technical advisory; Social movement; University; Architectural criticism.

Entre el movimiento social y la universidad: construyendo una asesoría técnica popular

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumen. *Este artículo relata la experiencia de construcción, dentro de un movimiento social de lucha por la vivienda en Minas Gerais, de una asesoría técnica popular, un colectivo compuesto mayoritariamente por estudiantes universitarios que se venía formando entre prácticas extensionistas y militantes. La consolidación de este espacio surge como una estrategia de organización del trabajo que venía desarrollando una gran militancia, principalmente en el área de la arquitectura y el urbanismo, y que había ido construyendo un modo y un tiempo más cotidiano, alineado con los procesos al interior del movimiento y de los territorios populares. Abordar experiencias con grupos de asesoramiento técnico tiene como objetivo indagar dinámicas, estrategias y cruces que revelan pistas para la crítica y la práctica. Este artículo corrobora esta investigación con el fin de crear costuras entre la asesoría técnica, el movimiento, la universidad, las preocupaciones por la práctica y la crítica al modo hegemónico de producción arquitectónica.*

Palabras clave: Asesoría técnica; Movimiento social; Universidad; Crítica arquitectónica.

1. Introdução

Este artigo relata a construção e atuação da Oficina Popular de Assessoria - OPA, coletivo de assessoria técnica interno ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, em Minas Gerais, a fim de criar costuras entre os diversos atores em rede que se somam na consolidação das práticas desenvolvidas. Trazer uma experiência de assessoria técnica, para além da ampliação do repertório de práticas, tem por objetivo abrir espaço para a crítica do modo de produção hegemônico do espaço e do campo arquitetônico.

O modo como se deu o acesso à terra sinaliza a base da formação territorial das grandes cidades “latinoamericanas”, pautadas pela segregação socioespacial, e, principalmente no caso brasileiro, também racial. Este processo se exacerbou com o avanço da urbanização e da industrialização nas grandes cidades, somado à intensa migração rural, consolidando processos de periferização desses sujeitos subalternizados. As cidades, que se pautaram majoritariamente pela reprodução dessas desigualdades, refletiram, principalmente, a falta de acesso à infraestrutura básica e à moradia digna para grande parte da população, que precisou encontrar suas próprias alternativas, com a saída na autoprodução do espaço, onde se consolidam territórios de resistência, ou, como o jornalista uruguaio Raúl Zibechi (2015) reforça, territórios em resistência.

O cientista político Lúcio Kowarick (1979) afirma que a construção da própria casa, através da ajuda mútua ou do mutirão, se constituiu, assim, como a única possibilidade para aqueles que não conseguiam pagar um aluguel e muito menos se cadastrar em empréstimos financeiros. Quando nem o Estado nem o mercado formal traçam soluções eficazes para suprir a demanda por habitação adequada, a autoconstrução se consolida como o eixo de maior presença.

A cidade ou o espaço urbano é constituído pela relação de forças entre os atores sociais que o alimentam, o preservam ou o transformam de acordo com seus interesses em torno da disputa de seus objetos – incluindo moradia, museus, escolas, hospitais, espaços públicos, parques, transporte, serviços urbanos. Em outras palavras, a sociedade contemporânea está estruturada pela disputa por espaço urbano, por lugares, essencialmente a moradia, mas também estrutura a mesma disputa, a partir do desentendimento que se tem ou não da cidade onde queremos viver ou da cidade que cotidianamente produzimos (MORADO, 2016a, p. 147).

A atuação das assessorias técnicas nasce a partir do confronto com o tipo de cidade que vinha e vem sendo produzida e reproduzida pelos diversos atores (Estado, mercado, técnicos, autoconstrutores), e que sempre esteve intimamente ligada à reprodução da colonialidade e à ascensão do capitalismo. No Brasil, é principalmente a partir das resistências e das lutas populares por terra e moradia que passaram a suscitar, pautando uma reorganização da estrutura fundiária no campo e na cidade, que se vê o surgimento das primeiras experiências de assessoria técnica, questionando diretamente a posição de arquitetos e engenheiros dentro da lógica de produção do espaço. Nesse sentido, este tipo de atuação pode ser entendida como uma das diversas expressões e ferramentas que emanam da luta pelo acesso à terra e à moradia.

2. As condições necessárias

Para a consolidação de uma assessoria técnica interna a um movimento social, uma série de condições se somaram com o tempo. Dentre elas, destacam-se três principais eixos: 1) o histórico de atuação do movimento social no estado de Minas Gerais; 2) a aproximação com a Escola de Arquitetura da UFMG, principalmente via extensão universitária e movimento estudantil; 3) a organização da ocupação Carolina Maria de Jesus, no centro de Belo Horizonte. Traça-se aqui um panorama destes três processos, de modo a demonstrar pistas para a constituição do coletivo de assessoria técnica popular.

2.1 Do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB é um movimento social nacional de luta pela moradia e pela reforma urbana, que surgiu na década de 1990 concomitantemente em Minas Gerais e Pernambuco. Desde lá, vem organizando famílias sem-teto por todo o país, estando atualmente em mais de 20 estados. Em Minas Gerais, o movimento se organizou após a realização da ocupação Vila Corumbiara, na região do Barreiro, Belo Horizonte, em 1996, de onde diversas lideranças se formaram e fundaram o MLB. Para o movimento:

(...) a luta pela moradia é o motor principal da luta pela reforma urbana, pois através dela conseguimos mobilizar milhares de pessoas, pressionar os governos e chamar a atenção para os problemas enfrentados pelo povo pobre nas grandes cidades. Nesse sentido, tem importância fundamental a organização e realização das ocupações. A ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo. (MLB, 2019, p. 20)

Para além das estruturas das coordenações (nacional, estadual e municipal), o movimento se organiza em comissões, de segurança, alimentação, educação, comunicação, cultura, juventude, mulheres, entre outras, sendo algumas mais contínuas e permanentes que outras, a depender do momento da ocupação. Uma dessas comissões, a “técnica”, vem se consolidando paulatinamente desde o surgimento do movimento e consiste nos estudos, estratégias e propostas de planejamento e produção dos espaços das ocupações.

Em Minas Gerais, é a partir de 2012, com a experiência da ocupação Eliana Silva, também no Barreiro, que o MLB passa a desenvolver um trabalho direto com a universidade, as assessorias técnicas e profissionais independentes no que tange ao parcelamento do solo, planejamento urbano, projeto de edificações coletivas, construção de soluções alternativas para saneamento básico, pavimentação, contenção de encostas, entre outros. Processo que se germina já na ocupação da Vila Corumbiara, que se tornou um importante marco para a história das ocupações urbanas da cidade devido às estratégias de resistência, de organização e planejamento do espaço. A partir daí, todas as ocupações realizadas pelo MLB, em Minas Gerais, contaram com uma comissão, formada majoritariamente por técnicos e parceiros externos, para construção de estratégias e projetos para viabilização da ocupação, como foi com as ocupações Paulo Freire (2015), também no Barreiro, e Carolina Maria de Jesus (2017), no centro da capital.

2.2 Da Escola de Arquitetura da UFMG

A partir dos anos 1980, com o início da redemocratização no país e uma abertura para novas esferas de participação, um grande movimento de formação de assessorias ocorreu junto aos movimentos populares.

É neste período também que são criados os primeiros Laboratórios de Habitação nas universidades, a partir da abertura destas para processos extensionistas e criação de espaços significativos para a formação de vários destes técnicos que atuaram junto às favelas e periferias a partir da década de 1980. Dentre estes estão: o Laboratório da Habitação da FEBASP (1982-1986); o LabHab da Unicamp (1985); o HABITAFUS (1983-1984), da PUC Santos; e L'HABITAT (1986), da PUC Campinas. Os laboratórios inauguraram um novo momento nas universidades, abrindo espaço para atuação de profissionais que já trabalhavam com a demanda social e trouxeram suas experiências para a prática com os estudantes, com os canteiros experimentais e com as comunidades atendidas. Os canteiros experimentais também representaram um grande

passo para o desenvolvimento de outras tecnologias e soluções sociotécnicas a serem testadas e empregadas nos mutirões e projetos desenvolvidos, retomando a importância do conhecimento de obra vindo da prática. A partir daí, diversas assessorias se formaram e se consolidaram como escritórios-modelos nas universidades federais a partir da década de 1990 e como grupos de pesquisa e extensão. (NOTINI *et al*, 2022, p. 05).

Na Escola de Arquitetura - EA da UFMG, tem-se como importante exemplo a atuação de professores e estudantes em processos extensionistas de assessoramento técnico no programa municipal intitulado Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão, financiado pelo Orçamento Participativo do município, durante a década de 90. O processo autogestionário de construção do Residencial Serra Verde, por exemplo, foi desenvolvido em parceria com o Departamento de Projeto da EA da UFMG, sob a responsabilidade da Professora Maria Lúcia Malard. A partir dos anos 2000, os projetos e programas extensionistas dentro da EA tiveram uma importante expansão, passando a ter um vínculo muito importante com as lutas da cidade, seja por mobilidade, moradia, cultura, etc. Dentre estes, pode-se citar o LabUrb (Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos), o Práxis (Práticas Sociais no Espaço Urbano), o MOM (Morar de Outras Maneiras) e o Indisciplinar, que construíram, também, uma atuação voltada para o assessoramento técnico à territórios populares e ocupações urbanas da capital e da região metropolitana, principalmente do MLB.

É necessário destacar a presença, na construção destes novos espaços dentro da universidade, de professoras e professores dispostos a contornar um ensino rígido e preso à sala de aula, e dispostos a propor outros olhares em movimento. É perceptível como esta geração de, majoritariamente, professoras vinha/vem se comprometendo com um fazer e um ensinar em um diálogo de mão dupla entre universidade e territórios.

Outro vínculo, que passa a se consolidar dentro da universidade junto às lutas urbanas, é construído pelo movimento estudantil, dentro do Diretório Acadêmico da EA. Por meio deste espaço, diversos estudantes tiveram a oportunidade de se aproximar diretamente da pauta pela moradia e pelo direito à cidade, passando a acompanhar e apoiar diversos movimentos sociais que já haviam tangenciando durante as disciplinas cursadas. Além das apostas em uma ampliação dos programas de extensão, em um ensino que se modifica a partir do comprometimento de certos discentes, e da aproximação e organização de estudantes por meio do movimento estudantil, pode-se ainda acrescentar a inclusão e ampliação do acesso à universidade por uma juventude negra e periférica por meio do sistema de cotas, que modifica, em certo grau, o olhar para o modo de produção e ensino da arquitetura dentro da Escola.

2.3 Da ocupação Carolina Maria de Jesus

Em 2017, o MLB realizou sua primeira ocupação vertical, a Carolina Maria de Jesus. A ocupação, que contou com 200 famílias, se deu em um prédio de 17 andares abandonado há quase 10 anos no centro da capital. Desde o início diversos estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG (e de outros cursos, como antropologia) participaram ativamente da construção coletiva desse espaço junto às famílias, às coordenações e ao movimento, processo que vinha se consolidando desde 2016. Naquele ano, particularmente, estes estudantes atuaram na luta contra o golpe ao governo de Dilma Rousseff, assim como das ocupações estudantis, em particular organizando a ocupação da Escola de Arquitetura, contra a PEC 55, do corte dos gastos na educação e na saúde, proposta pelo então presidente Michel Temer. No âmbito acadêmico, participaram de diversos grupos de pesquisa e extensão como os citados anteriormente que têm um longo histórico de atuação junto aos territórios populares e no âmbito da assessoria técnica às ocupações urbanas. Em setembro de 2016, o MLB organiza a ocupação Temer Jamais, violentamente despejada na região do Barreiro, onde parte desses estudantes já estavam presentes, principalmente vinculados à comunicação do movimento.

Em 2017, percebe-se, assim, uma associação mais intensa entre a atuação do movimento estudantil da Arquitetura e a atuação do MLB, com a participação desses estudantes em duas

outras ocupações do movimento naquele ano. Primeiramente em maio de 2017, quando se realiza a ocupação Manoel Aleixo, em um terreno abandonado em Mário Campos, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, que também foi violentamente despejada no mesmo dia. Após a sequência de dois despejos violentos em ocupações realizadas em terrenos, e com uma conjuntura de um governo estadual que vinha realizando despejos ininterruptamente à novas ocupações pelo estado, o MLB realiza a Carolina Maria de Jesus, que se localizava a cerca de 120 metros da Escola de Arquitetura da UFMG.

Essas muitas proximidades criaram condições para uma participação cotidiana desses estudantes na organização da comissão de comunicação do movimento, que envolvia tanto a produção e postagem de conteúdos quanto a organização das atividades culturais na ocupação, assim como na participação da comissão técnica (arquitetura e urbanismo) e de negociação. Com uma das salas do andar coletivo da ocupação direcionada ao trabalho da comunicação, este espaço se torna referência para a organização do trabalho desses estudantes junto às tarefas da ocupação. Dentro da comissão técnica, uma das primeiras atividades foi a divisão dos espaços individuais por família. As famílias foram inicialmente alocadas nos primeiros andares do prédio, até a limpeza e divisão dos andares subsequentes para cada família.

Durante esse processo, diversas disciplinas ofertadas na Escola de Arquitetura da UFMG atuaram na ocupação, atualizando o levantamento arquitetônico do prédio e elaborando propostas para os espaços coletivos e individuais. Para isso, foi cedida uma sala de um dos andares coletivos da ocupação como espaço de trabalho das e dos estudantes, o que permitiu um contato mais cotidiano com o território e os moradores (Figura 1).



Figura 1. Fotos de uma das disciplinas que desenvolveram projetos junto à ocupação. (fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB).

Durante o primeiro mês da ocupação, iniciou-se o processo de negociação junto à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, instituída pelo Estado de Minas Gerais em 2015, com a participação de representantes do MLB, das lideranças da ocupação, da Prefeitura de Belo Horizonte, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Companhia de Habitação de MG (Cohab-MG). O processo de negociação, que durou 9 meses, contou com a produção, a muitas mãos, de diversos materiais audiovisuais, jurídicos e urbanísticos como suporte para as reuniões. Todo esse processo foi construído conjuntamente às famílias e coordenações do MLB, com a realização de inúmeras assembleias, antes e depois de cada reunião com o Estado, e atividades participativas.

Dentre elas, destaca-se, primeiramente, a realização da oficina “Morar ou não morar no centro?” com as famílias da ocupação, que foi desenvolvida pela coordenação da ocupação junto aos estudantes de arquitetura militantes do MLB, para tratar sobre as condições e preferências de moradia, e a situação socioeconômica de cada família. Os dados foram posteriormente sistematizados e utilizados como base para a construção de propostas junto à Mesa. Destaca-se também a construção de uma “Carta de propostas” com opções para a solução do conflito fundiário, apresentando possibilidades para o reassentamento das famílias em outros imóveis vazios no centro, assim como a viabilidade de permanência destas no prédio da ocupação. Como havia surgido uma parcela das famílias que manifestou o interesse em não morar no centro e/ou

não morar em prédio, inclui-se, na proposta apresentada à Mesa, a possibilidade de reassentamento de parte das famílias em terrenos vazios em outros bairros da cidade.

Com o avanço das negociações, chega-se a uma proposta final com o Estado de: 1) pagamento de auxílio moradia para as famílias durante 2 anos, com possibilidade de extensão para mais um ano, até o reassentamento definitivo delas; 2) aluguel de um prédio vazio no centro da cidade (apresentado pelo movimento na carta de propostas) para o reassentamento de parte das famílias; 3) cessão de um terreno vazio na região do Barreiro (também apresentado pelo movimento na carta de propostas), para o reassentamento do restante das famílias e posterior autoconstrução das moradias; e 4) saída das famílias do prédio da ocupação em 30 dias após assinatura do acordo e contrato de aluguel, e com auxílio de caminhões de mudança e caçambas pagos pelo Estado. Assim, em junho de 2018, a ocupação Carolina muda de endereço e, com ela, surge a proposta, pela coordenação do MLB, de estruturação do trabalho desenvolvido por esses estudantes de arquitetura e de outras áreas, que já estavam militando pelo movimento, conformando um grupo de assessoria interno ao movimento.

3. A assessoria técnica popular do MLB

A Oficina Popular de Assessoria - OPA do MLB, coletivo de assessoria técnica interna ao movimento, surge em 2018 e vem da consolidação de um trabalho que há anos vinha sendo desenvolvido junto a parceiros externos, principalmente a universidade. Essa estruturação caminha junto ao entendimento do movimento também como produtor destes territórios e da possibilidade de criar um espaço de trocas que pudesse incorporar especificidades do cotidiano prático das ocupações nos trabalhos a serem desenvolvidos.

Por estar pela primeira vez construindo um espaço de trabalho deste coletivo, majoritariamente constituído por estudantes, dentro do movimento, as dúvidas eram muitas e diárias, relacionadas a método, estratégias, organização, soluções, tecnologias, entre outras. Processo que se intensificou com o avanço das negociações da ocupação Carolina e com o desenvolvimento de um trabalho coletivo para o reassentamento de parte dessas famílias.

3.1 A estrutura de trabalho

Entendendo a multidimensionalidade da questão da moradia, a OPA se estruturou, inicialmente, em 4 eixos, compostos por estudantes, profissionais e moradores das ocupações do MLB. São estes: 1) Eixo Técnico, composto por estudantes de arquitetura, técnicos de edificação, profissionais da área da construção civil (pedreiro e mestre de obra); 2) Eixo Social², composto por psicólogos e estudantes de antropologia; 3) Eixo Jurídico, composto por advogados populares; e 4) Eixo Comunicação, composto por estudantes das diversas áreas e comunicadores populares. Posteriormente, se estruturam mais 3 eixos: Educação, Cultura e Juventude, entendendo a diversidade destes trabalhos nos territórios do movimento. A OPA propunha a construção de “uma atuação conjunta aos moradores tendo como base a troca e o aprimoramento das práticas de se pensar e fazer moradias, ocupações, cidade e coletividade” (OPA, 2018).

As reuniões da OPA eram prioritariamente coletivas e semanais, com repasse dos trabalhos em desenvolvimento por cada eixo e construção de propostas a partir das demandas territoriais. Quinzenalmente, o MLB organizava o “Encontrão”, dia de formação, reunião e debate entre os militantes e coordenadores do MLB. Parte deste dia era reservado para reuniões gerais das diversas estruturas do MLB (coordenação estadual, coordenação municipal, coordenações das ocupações e OPA), sendo o principal dia de contato e conversa sobre as demandas de cada território junto às coordenações e lideranças.

O trabalho do eixo Técnico, mesmo entendendo que este se desenvolvia de forma muito interdisciplinar e inter-eixos, concentrava prioritariamente os processos que envolviam a produção do espaço das ocupações, entre eles: regularização fundiária, parcelamento do solo, laudos técnicos, vistorias, reforma de espaços coletivos, campanhas de financiamento, acompanhamento

e orçamento de obras, participação na construção de políticas públicas, entre outros. No entanto, pela equipe ser composta majoritariamente por estudantes, muitos dos trabalhos foram acompanhados e/ou construídos conjuntamente a outros parceiros, principalmente da universidade.

3.2 Os trabalhos junto às ocupações Carolina e Manoel Aleixo

Uma das principais frentes de trabalho do eixo foi a própria ocupação Carolina, inicialmente com a mudança das famílias para o novo prédio. A nova ocupação se estabeleceu no antigo Internacional Plaza Palace Hotel, edifício desocupado há mais de 17 anos. O prédio, por ter ficado muitos anos desocupado, apresentava diversos problemas elétricos, hidráulicos e estruturais que deveriam ser sanados anteriormente à mudança das famílias, conforme acordado com o proprietário. No entanto, com o não cumprimento do acordo por parte dele, um plano de ocupação do novo prédio teve que ser construído considerando as condições existentes até que as obras fossem realizadas. A mudança foi, assim, se dando de forma gradual. A ocupação se deu inicialmente nos primeiros andares, retomando a cozinha e o banheiro coletivos. A cada andar que ia sendo limpo e liberado, as famílias iam se alocando segundo distribuição prévia, que levou em conta tamanho das famílias, idade dos moradores, deficiência física, entre outros critérios.

As obras foram acontecendo nos meses subsequentes com o acompanhamento direto de uma parte da equipe técnica da OPA aos profissionais e empresas contratados. Parte das demandas eram obrigatoriedade do proprietário, processo que teve muitos percalços negativos, e parte eram do próprio movimento e das famílias. Assim, além do pagamento do aluguel do prédio, uma parcela do auxílio moradia, negociado junto ao Estado, foi sendo revertida para as obras de estruturação da nova ocupação.

O restante das famílias da ocupação Carolina (cerca de 130 famílias), que não se mudaram para o prédio novo, passaram a aguardar a cessão definitiva do terreno na região do Barreiro para o início do processo de construção das moradias. Este terreno era o mesmo em que as ocupações Eliana Silva 1 e Temer Jamais haviam sido violentamente despejadas, tornando-se uma importante conquista para as famílias e para o MLB. Durante este período de espera, os trabalhos com as famílias se dividiram em duas frentes: 1) a estruturação de uma escala entre as famílias para vigilância, limpeza e cuidado do terreno; e 2) a construção de uma proposta de parcelamento e ocupação do terreno da, agora renomeada, ocupação Manoel Aleixo.

Assim, iniciaram-se uma série de encontros entre as famílias e a equipe da OPA para o desenvolvimento desse plano urbano, que tinha como possibilidade tanto a autoconstrução das moradias pelas próprias famílias quanto o cadastramento do projeto no edital do programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-E). Foram realizadas ao todo seis atividades/encontros, no período de agosto a dezembro de 2018, prazo para envio no edital. Os encontros tiveram o intuito de construir, dentro das limitações de tempo, um processo de planejamento coletivo e colaborativo para discussão das demandas, das limitações geológicas e ambientais do terreno, do desenho das ruas, quadras, lotes, tipologias e equipamentos coletivos.

O primeiro encontro com as famílias teve o intuito de introduzi-las ao trabalho de assessoria técnica e apresentar a equipe da OPA. Para isso, uma apresentação foi construída, traçando, a partir dos territórios de atuação do MLB, uma cronologia da atuação de técnicos, principalmente da área da arquitetura e do urbanismo, junto às demandas das comunidades. Ao exemplificar essa parceria que já existia há tempos junto às ocupações, foi mais orgânico entender a constituição desse novo coletivo, principalmente por já serem rostos corriqueiros para muitas das famílias ali presentes. Foram também levados outros exemplos de grupos de assessoria técnica e práticas de autogestão de empreendimentos habitacionais, como forma de ampliação de repertório.

O segundo encontro foi de apresentação do planejamento das atividades e do calendário até o fim do ano. Uma vez que um dos caminhos era a inscrição no edital do MCMV-E, o período para realização dos encontros e desenho do projeto era limitado. Por isso, foram propostos mais 4

encontros, sendo dois de oficinas para o parcelamento do solo, a serem desenvolvidos na Escola Municipal Presidente Itamar Franco, no Barreiro, região mais próxima à maior parte das famílias. Como em toda reunião, o primeiro momento foi voltado para uma discussão sobre a conjuntura política, neste caso voltado às controvérsias do programa MCMV. Também foram apresentadas as etapas de inscrição e seleção dos empreendimentos para o MCMV.

O terceiro encontro tinha como objetivo a estruturação da segurança e da infraestrutura básica no terreno, para possibilitar o cumprimento de escalas de vigilância e cuidado pelas famílias. Neste sentido, foi tirado um grupo de trabalho com alguns representantes das famílias para o cercamento do terreno e a construção de duas guaritas (uma para cada entrada de acesso às ruas existentes) e um cômodo, que serviria enquanto cozinha e despensa. Esta demanda, talvez pela falta de experiência de obra e construção por parte de muitos dos estudantes da OPA em contrapartida à experiência de muitos coordenadores e membros da ocupação, foi organizada diretamente por representantes das famílias, com o orçamento e compra de materiais, projeto e construção dos espaços.

O quarto encontro foi o primeiro dia de oficina com as famílias e estava previsto para ocorrer em dois turnos, manhã e tarde. O encontro se iniciou no próprio terreno em que as casas seriam construídas e teve por objetivo apresentá-lo para todas as famílias. Com um passeio coletivo por todo o terreno, foram apresentadas algumas características como as duas nascentes, as áreas de preservação permanente, as áreas de grande declividade, os acessos pela rua existente, as ocupações que fazem divisa, entre outras. Após a visita, as famílias, coordenações e a equipe da OPA caminharam até a Escola Municipal Presidente Itamar Franco, que fica a 12 minutos de distância do terreno, para a apresentação do que seria feito na oficina. Esta oficina tinha como tema: Equipamentos, ruas e quadras. A proposta foi aproximar os futuros moradores dos mapas, desenhos e termos do planejamento urbano, e de questões que compõem uma casa, um bairro e uma cidade. A oficina continuou na quadra da Escola (Figura 2), onde as famílias foram divididas em nove grupos, recebendo um kit com diversos materiais para pensar ruas, quadras e equipamentos. Cada grupo tinha como referência algum membro da OPA, não só da área da arquitetura e do urbanismo, para acompanhamento das discussões e resolução de dúvidas. Ao final, cada grupo deveria definir dois coordenadores entre eles para apresentarem a proposta para todos.



Figura 2. Oficina desenvolvida com as famílias da ocupação Manoel Aleixo, na quadra da Escola Municipal Presidente Itamar Franco (fonte: Acervo da OPA).

O quinto encontro, também realizado na Escola M. P. Itamar Franco, foi a segunda oficina com as famílias, com o tema: Tipologias e loteamento. A primeira parte da oficina foi realizada no auditório, onde foram, inicialmente, apresentados as análises das propostas desenvolvidas por cada grupo na oficina anterior. Com essas diretrizes construídas, foram apresentadas três tipologias chave para guiar o exercício seguinte: casa térrea, casa geminada e sobrado. A proposta foi, a partir da legislação vigente no município, aproximar as famílias das regras necessárias para a construção das casas, levando em consideração que estas trazem características para garantir boa ventilação e iluminação das moradias e que, mesmo que sejam feitas sem financiamento, a ocupação seria

futuramente regularizada segundo as normas do município. Levando em consideração os espaços de cada moradia e da coletividade (quintal, garagem, janelas, acessos, escadas, etc), se propôs pensar a melhor distribuição das casas dentro das quadras criadas pelo grupo. As famílias foram, assim, divididas nos nove grupos anteriores, que se rearranjaram em sete devido à quantidade de famílias presentes, e foram acompanhadas novamente por uma pessoa da equipe da OPA. Após a atividade, dois representantes de cada grupo apresentaram e defenderam suas propostas para todos, gerando uma discussão entre as famílias acerca das estratégias escolhidas para o coletivo.

Para a plenária final com as famílias, a proposta era levar a sistematização e análise dos dados das oficinas e apresentar alternativas de parcelamento para o desenvolvimento do projeto técnico pela equipe e posterior encaminhamento para a seleção do MCMV - Entidades e/ou autoconstrução. Pairavam muitos medos — talvez pela inexperiência da equipe e pela responsabilidade de construir tal projeto —, dentre eles o de propor formas e soluções que no futuro teriam problemas em ser executadas, gerando mais gastos ou insatisfação pelos moradores. Esse foi um processo muito discutido junto à coordenação do movimento. E o caminho sempre foi o retorno para as experiências já desenvolvidas junto às outras ocupações, entendendo que este trabalho, primeiro, não terminaria com o desenho do projeto; segundo, é muito mais coletivo do que a equipe da OPA; terceiro, envolve mais de 130 famílias com seus muitos saberes; quarto, é fruto de muitas lutas e assim continuará sendo.

Um exemplo disso é que, no final de novembro de 2018, o governo federal anunciou um corte de 10% na proposta orçamentária para o MCMV do ano seguinte, ameaçando novas contratações e a retomada das obras paradas pelo país. Além disso, após seis meses de assinatura do convênio com o Estado, as famílias ainda não haviam recebido a cessão do terreno, o que impossibilitava o cadastramento do empreendimento. Para a plenária final com as famílias, chegou-se, assim, em dois cenários: 1) tentar outras formas de financiamento, por exemplo, a partir da instância municipal, oportunidade com a revisão da política municipal de habitação; ou 2) assumir a construção por mutirão autogerido, com a autoconstrução das casas e o retorno do regime de ocupação.

Para isso, foram apresentadas, então, três propostas de parcelamento e tipologia construtiva, com seus “prós” e “contras”, conforme as possibilidades levantadas nas oficinas junto aos moradores. No entanto, até hoje o reassentamento não foi realizado pelo estado e as famílias ainda aguardam o cumprimento do acordo e a garantia de moradia.

3.3 Atuações outras

Para além da atuação junto às ocupações Carolina Maria de Jesus e Manoel Aleixo, a equipe da OPA acompanhou de perto os processos de negociação da ocupação Canto do Rio, em Nova Lima, também acompanhada pelo MLB. A ocupação, que anteriormente havia sido assessorada pelo grupo de extensão Práxis, da Escola de Arquitetura da UFMG, passou a interpelar junto à prefeitura, por meio de uma maior abertura do Secretário de Habitação da cidade, o início das obras de urbanização do território e construção de novas moradias para as 19 famílias, processo que passou a ser acompanhado pela OPA. Processo semelhante foi desenvolvido junto à ocupação Barreirinho, em Ibirité, também acompanhada pelo MLB desde seu surgimento. Neste caso, foram realizadas algumas assembleias junto às famílias para o planejamento urbano do terreno que receberiam da prefeitura para o reassentamento. Um destaque desta experiência é a discussão por uma propriedade coletiva, em nome da associação de moradores já constituída pelas famílias. Ambos processos tiveram muitos embates junto ao poder público e até hoje não deram prosseguimento ao cumprimento do direito das famílias.

Em paralelo, diversos outros processos junto às ocupações do MLB foram sendo desenvolvidos e acompanhados pela OPA. Pode-se destacar, por exemplo, o trabalho social proposto junto aos núcleos de base do movimento. Os núcleos conformam grupos de famílias sem-teto ainda em organização pelo movimento para formação e construção de uma nova ocupação. A partir da

constituição da assessoria, estes passaram a ser acompanhados por uma psicóloga e por estudantes de antropologia, na elaboração de práticas de formação. No âmbito jurídico, para além das peças de defesa e do acompanhamento direto às audiências e mesas de negociação, pode-se destacar a proposição de emendas parlamentares e encaminhamento de propostas de políticas públicas às instâncias municipais e estadual. No âmbito da educação, alguns processos de formação foram realizados, como os aulões sobre o Plano Diretor e os impactos nos territórios das ocupações.

Com a saída de alguns membros da equipe, a OPA passou por vários processos de reestruturação, principalmente após a pandemia da Covid-19. Seu trabalho passou a acompanhar uma nova frente, a construção dos núcleos de luta, espaços de aproximação e organização de novas pessoas interessadas em construir o movimento, dentre elas estudantes, arquitetos, comunicadores, artistas, entre outros, um espaço de organização desenvolvido nacionalmente pelo movimento. A mobilização por essas novas parcerias e atuações passa a alimentar não só um trabalho técnico junto aos territórios, mas também a ampliar o trabalho do próprio movimento. Dentre os processos e demandas mais recentes, têm-se o novo projeto de reassentamento para as famílias da ocupação Manoel Aleixo, agora em outro terreno no município de Santa Luzia; o projeto de ampliação da sede do Centro Cultural Minha Quebrada, na ocupação Eliana Silva; e a estruturação e reforma do Centro Cultural Paulo Freire, na ocupação Paulo Freire.

3.4 Atravessamentos e inquietações

Deve-se pontuar que a estruturação de uma assessoria técnica interna ao movimento é uma experiência ainda incipiente, mas que está se desenhando com os atravessamentos do cotidiano de lutas das famílias e da cidade. E a estruturação de um trabalho que vivencia e leva em consideração estes atravessamentos talvez seja o caminho que venha se tentando fortalecer. A ideia, no entanto, nunca foi invalidar ou distanciar o trabalho junto às assessorias externas, por entender a importância de um trabalho em rede, das trocas, do contato com as inovações sociotécnicas, da legitimidade também trazida por esses parceiros para os territórios autoproduzidos. Mas que há um lugar, talvez, do tempo e da lida com as urgências dos territórios que, muitas vezes, escapa ou não consegue ser incorporado no trabalho das assessorias externas, e que aqui passa-se a buscar incorporar.

No entanto, também tem sido um processo de confronto com uma série de contradições pessoais e profissionais, discutidas também junto ao movimento. “Somos todos técnicos? Ou ninguém é técnico? Este é um trabalho apenas político?” eram algumas das perguntas que surgiam nos encontros da OPA, nessa constante tentativa de rompimento da hierarquia técnico/morador. Debate que se ampliava pela coexistência entre os muitos papéis (militante, técnico, pesquisador), que tende a borrar a separação dos espaços de decisão e, muitas vezes, pode impedir certos avanços no que tange à uma autonomia nos métodos desenvolvidos.

Percebe-se também, em certos momentos, um lugar ainda da hierarquia e do domínio técnico, que é muito associado à equipe da OPA, processo que pode estar associado a estruturas sociais muito mais enraizadas. Atualmente, a equipe é formada em sua maioria por pessoas brancas, com curso superior, não moradoras das ocupações, mas com uma presença majoritária de mulheres. Essa interseccionalidade trazida entre os próprios corpos de quem assessora e de quem é assessorado é percurso de muitos debates e de constante atenção para o desenvolvimento dos trabalhos. Esse olhar não impede em sua totalidade a reprodução de formas de opressão intrínsecas, mas tem permitido a construção ou a busca por uma outra lógica de produção.

4. Um olhar para a prática

A abertura de um espaço para a crítica talvez tenha sido o gatilho para se olhar cada vez com mais cuidado e interesse para os detalhes da prática que vinha sendo desenvolvida junto a coletivos de assessoria técnica, como a Oficina Popular de Assessoria do MLB. Este olhar se

propõe também a contribuir para a crítica do modo hegemônico de produção arquitetônico, discutindo em que medida práticas de assessoria técnica desenvolvidas por arquitetas e arquitetos em territórios populares podem se aproximar de maneira efetiva de uma perspectiva de(s)colonizadora da prática. Para isso, além de se debruçar nas experiências, traz-se uma breve revisão historiográfica e epistemológica acerca do modo de produção hegemônico do campo arquitetônico, a fim de revelar pistas para formatos, desenhos, atuações outras, talvez mais cotidianas, responsáveis e dialógicas, para a prática.

4.1 A Arquitetura como instrumento de poder (também colonial)

É a partir do Renascimento que a arquitetura passa a trazer uma separação entre o trabalho intelectual (de concepção do projeto) e o trabalho braçal (de construção). Segundo o arquiteto e artista brasileiro Sérgio Ferro (2006), essa divisão, sintetizada pelo arquiteto e escultor italiano Filippo Brunelleschi em suas obras, se somou à uma produção hierarquizada no canteiro, à representação e ao desenho como base do processo de projeto e à exploração do trabalhador para extração de mais-valia. Essa foi uma mudança condicionante para as arquiteturas ditas extraordinárias (monumentais, não comuns), e o desenho feito previamente ao canteiro se tornou “a principal condição para a produção sistemática da arquitetura como mercadoria” (KAPP *et al*, 2008, p. 32). Segundo a arquiteta brasileira Silke Kapp (2005), é a partir do avanço da industrialização, da economia capitalista e da separação social do trabalho que “o espaço comum ou ordinário passa a integrar as preocupações de profissionais de projeto” (KAPP, 2005, p. 124), ou seja, que essa lógica de especialização na produção do espaço por meio do arquiteto e do projeto passa a incorporar as demandas de todo o ambiente construído.

Para a arquiteta brasileira Ana Paula Baltazar (2012), “o Modernismo, de certa forma, coroou o modo de produção da arquitetura via representação e deu continuidade a esse processo de separação entre projeto e construção que já se encontrava incorporado na prática arquitetônica” (BALTAZAR, 2012, p. 07). Assim, tem-se até aqui o desenvolvimento de um campo que se pauta majoritariamente: 1) pela produção de espaços extra-ordinários, ou seja, um “ambiente construído que as classes dominantes usam para justificar sua dominação sobre a ordem social” (KAPP, BALTAZAR, 2010, p. 191); 2) pela divisão do trabalho intelectual e do trabalho braçal, explorando esse último para obtenção máxima de lucro; e 3) pela representação do projeto a partir de desenhos codificados, com um trabalho que “domina o trabalho manual do construtor e as ações dos usuários por meio de conceitos e códigos abstratos” (KAPP, BALTAZAR, 2010, p. 191).

O desenho passa a representar o lugar da codificação, separando o pensar e o decidir do fazer. Nesse sentido, a relação, seja com o construtor ou com o dito “usuário”, é sempre impositiva e controladora, dificultando possibilidades de proposição criativa por estes outros agentes. Para Ferro (2006), o arquiteto é o “sujeito possuidor dos diferentes códigos” (FERRO, 2006, p. 153) e a representação, se por um lado, “reduz a enorme obra a uma escala que permite o controle de todos os seus momentos e partes”, por outro, “arma contra os operários que, impedidos de examinar o projeto, não podem mais colaborar inteligentemente” (FERRO, 2006, p. 193).

Os diversos instrumentos utilizados pela prática arquitetônica são em grande maioria codificados para a manutenção de uma hierarquia que vai de cima (arquiteto) para baixo (construtor). No caso da atuação junto aos processos de autoconstrução, em que grande parte dos autoconstrutores são os próprios moradores, a tendência é que essa hierarquia se aprofunde, ao excluir também a experiência do próprio morador. De acordo com o arquiteto brasileiro Tiago Lourenço (2014), os instrumentos de representação arquitetônica são apenas um exemplo mais evidente das imposições culturais e sociais da atuação dos técnicos junto aos territórios populares (LOURENÇO, 2014). Para ele, a hierarquia e o distanciamento, gerados por esses instrumentos, “contradizem a intenção de contribuir numa ação política de sentido emancipatório” (LOURENÇO, 2014, p. 155). Por isso, propõe uma lógica voltada para a experiência e não para o desenho do espaço.

Baltazar (2020), em seu último texto sobre o ensino de arquitetura e o horizonte de(s)colonial, conta sobre uma crítica ao “modo architectorum”, feita pelo crítico de arquitetura inglês Reyner Banham em seu texto “A Black Box. The Secret Profession of Architecture”. Para ele, existe na arquitetura um “sistema secreto de valor” que garante a “reprodução de prescrições não ditas e não questionadas” e determina o que é arquitetura (BALTAZAR, 2020, p. 121).

A caixa preta desse estilo certo é adaptada ao longo do tempo, adequando-se às imposições externas - sem questioná-las sem alterar de fato sua dinâmica interna, sempre pautada pela produção de espaços extraordinários. (...) Mesmo quando um arquiteto trabalha com projetos de habitação de interesse social, adapta o modo architectorum para o tempo e os recursos disponíveis, sem de fato alterar a caixa preta que aprendeu, na escola, para a produção de projetos extraordinários (BALTAZAR, 2020, p. 122).

Assim, há um cultivo à um estilo certo de objeto e à sua reprodução que se inicia no próprio processo de ensino da arquitetura. Insere-se um caráter de prestígio do modo de conceber o projeto e seus espaços, que, na verdade, “não têm nenhuma qualidade excepcional a não ser a que permite identificá-los como “arquitetura” (sempre extraordinária) e diferenciá-los do resto do mundo, isto é, da suposta não-arquitetura” (KAPP *et al* 2009, p. 16). De acordo com Kapp *et al* (2009), desde a sala de aula, o arquiteto é, então, ensinado a seguir convenções e rituais de desenho, onde a originalidade se pauta na decisão do “conceito” do objeto. O “modo architectorum” é, assim:

(...) uma espécie de cortina de fumaça que tenta velar o fato de que a arquitetura se resume a fazer desenhos para edifícios na maneira praticada na Europa desde o Renascimento (BANHAM, 1999), subordinada a uma série de relações de poder das quais os envolvidos nem sequer têm consciência. Pode-se dizer que o canto do cisne de Banham sintetiza o fundamento da colonialidade na arquitetura, mostrando que o “sistema secreto de valor” iniciado no Renascimento Italiano vem sendo reproduzido, desde então, no ensino e na prática da arquitetura ocidental (BALTAZAR, 2020, p. 122).

A arquitetura – seja enquanto campo especializado, profissional e acadêmico, como afirma o sociólogo francês Pierre Bourdieu, ou seja como “edificações, lugares ou paisagens extraordinários, que contrastam com um pano de fundo de espaços não legitimados pela disciplina” (KAPP *et al*, 2008, p. 22) – carrega uma racionalidade colonial imbuída nas suas práticas, estéticas e processos. Segundo o arquiteto brasileiro Paulo Tavares (2020), o “(...) processo colonial não é um tempo histórico mas um modo de poder. E a arquitetura é um instrumento efetivo desse modo de poder” (TAVARES *apud* O OLHAR, 2020).

(...) a colonialidade do poder, afinal, não é abstrata: ela se “espacializa” na sobrevalorização de territórios, corpos, objetos e saberes de matrizes e padrões de poder branco-burgueses; e, sobretudo, na ocupação, transformação, exploração, inferiorização e destruição de territórios, corpos, objetos e saberes outros (NAME e ZAMBUZZI, 2019). Sendo assim, é pertinente se esmiuçar as espaciotemporalidades da colonialidade (...). (MOASSAB *et al*, 2020, p. 20).

Para a arquitetura brasileira Andréia Moassab (2020), o ensino da arquitetura também é uma das grandes chaves de disputa dos aportes epistemológicos que são reproduzidos pelos arquitetos. Em seus trabalhos, têm tentado demonstrar como o uso de outros horizontes epistêmicos “pode ajudar a superar a universalidade, neutralidade e abstração das metodologias verificativas, hegemônicas na área” (MOASSAB, 2020, p. 12). Ao tratar sobre o ensino de estruturas, Moassab (2020) afirma existir um saber científico dominante e “nortecentrado”, que se pauta na hegemonia de certos materiais, a dizer, majoritariamente, o concreto armado, e de mecanismos de reprodução exclusivamente por cálculos matemáticos. Para a arquiteta brasileira Luciana Andrade (2020), a arquitetura está submetida a uma série de decisões técnicas que impõem “visões de mundo a respeito de como conceber e habitar o território, a cidade e a arquitetura” (ANDRADE, 2020, p. 143), visões que reforçam, na “América Latina”³, o caráter subdesenvolvido e dependente.

Segundo Baltazar (2020), “a prática colonizadora está implícita no processo de produção da arquitetura ocidental e vem sendo reproduzida inquestionadamente na formação dos estudantes

de arquitetura” (BALTAZAR, 2020, p. 124), seja pela reprodução da hegemonia do sistema construtivo, seja pela falta do debate sobre a exploração e o racismo estrutural, seja pelo centramento no urbano, etc. Moassab (2020) critica a criação de uma “arquitetura em série”, produzida por um modelo de ensino que se furta a olhar para dentro do campo. Segundo a arquiteta brasileira Gabriela Leandro Pereira (2020), “tem um lugar que a modernidade ocupa idealizado pelo campo da arquitetura que precisa ser desmontado”, revelando como as violências e as relações “extremamente desiguais de poder e da forma” o constituíram (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020).

Segundo Andrade (2020), a questão está na própria estrutura e organização dos cursos de ensino superior, tanto na base epistêmica quanto na fragmentação das disciplinas, o que impede um diálogo transdisciplinar inerente. Para ela, “se o curto-circuito na comunicação se dá no próprio interior do modelo epistêmico da modernidade (CASTRO-GÓMEZ, op. cit.), as trocas entre os saberes popular e técnico-científico ficam praticamente inviabilizadas” (ANDRADE, 2020, p. 143).

4.2 Possíveis rupturas

A aposta é que as discussões trazidas pelas assessorias técnicas têm contribuído para um deslocamento do “modo architectorum” que impera no campo. De acordo com Pereira (2020), ainda que seja um campo que tem demorado a abordar a fundo discussões acerca da colonialidade, olhando a partir das diversas dimensões de opressão (gênero, raça, sexualidade, etc), têm emergido espaços de possibilidades mais experimentais, como a extensão universitária (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020). Segundo ela, a extensão é um espaço que ainda apresenta os “constrangimentos e vícios da academia”, mas onde há brechas maiores para se percorrer experimentalmente. São brechas “dadas às vezes pela urgência, pela necessidade de experimentar soluções, uma vez que não são cabíveis, ou soluções que não são abarcadas e que surgem do território e das relações com os grupos que se tem relação” (PEREIRA *apud* O OLHAR, 2020).

Assim também se percebe com a atuação de algumas assessorias técnicas, que têm caminhado na direção de um rompimento desse *modus operandi*, buscando, segundo a arquitetura brasileira Denise Morado (2016b), “uma outra lógica da prática da arquitetura fora da análise estética ou técnica que lhe é própria”, e sugerindo “outras formas de apropriação e produção de saberes (científicos ou não)” (MORADO, 2016b, p. 26). Morado (2016a), citando Mouffe (2006, 2008), afirma que essa outra lógica tem por base as possibilidades de discurso e prática de adversários, e a disposição ao conflito, sendo esta “uma prática micropolítica através da qual os envolvidos tornam-se agentes ativos no campo de forças e de interesses” (MORADO, 2016a, p. 155).

Nesse sentido, o agir cotidiano comum, que tem o conflito como seu gerador (seja pela presença dos moradores e pesquisadores, seja pela ausência do Estado), resgata a experiência do pensamento prático na medida em que se insere em uma comunidade política. Considerando que a comunicação efetiva só é possível se, e somente se, as experiências e as vivências são livremente expressas (a liberdade de criação), o processo produtivo baseado na informação compartilhada permite a elaboração de uma outra lógica da prática – o agir não se faz pela reunião de um grupo nem pelo indivíduo, mas a partir da informação que faz sentido a cada um na busca e na criação pela identificação primeira do todo – a comunidade política (MORADO, 2016a, p. 159).

Essa interlocução entre os diversos agentes produtores do espaço pressupõe uma arquitetura como processo aberto e contínuo, assim como descreve Baltazar (2020), uma vez que leva em consideração “a necessidade de autonomia das pessoas para lidarem com seus próprios desejos (BALTAZAR, 2014)” (BALTAZAR, 2020, p. 123). Assim, em vez de produzir espaços finalizados, a arquitetura estaria voltada para a produção de ferramentas de mediação ou “interfaces”, como conceitua Baltazar e Kapp (2016), ou, ainda, “instrumentos cartográficos”, como descreve a arquiteta brasileira Marcela S. Brandão Lopes. Essa proposta tem por base a própria dinâmica da autoconstrução, processo que congrega tempos distintos e demandas que oscilam de acordo com a urgência e a disponibilidade de recursos. Mais do que tentar engaiolar os processos cotidianos

de uma prática construtiva, a proposta seria trabalhar a partir desse conflito, disparando outras formas de se representar, projetar e comunicar. E por este mesmo motivo, a própria interlocução entre os agentes é conflituosa e produz ruídos. Para Moassab (2020):

(...) o tensionamento deve ser feito em todos os âmbitos sociais. É muito significativo, por exemplo, que cada vez mais arquitetos e arquitetas atuem nas assessorias técnicas aos movimentos sociais, juntamente com projetos de extensão das universidades; e que essa atuação retroalimente a sala de aula, o ensino e a pesquisa (MOASSAB, 2020, p. 39).

Para a arquiteta, o erro está em uma produção de conhecimento que não consegue ser apropriada, que é difícil de ser reproduzida pelo povo, o que começa a avançar, por exemplo, com os materiais e as cartilhas produzidas pelas assessorias técnicas no âmbito de projetos às ocupações urbanas, mas que ainda são pouco utilizadas no ensino formal de arquitetura (MOASSAB, 2020, p. 13). Vem daí a importância de conexão dos territórios e movimentos populares com a universidade e outros grupos de assessoria técnica “que buscam disseminar novas práticas construtivas e de apropriação espacial no território” (MAYER *apud* MORADO, 2016, p. 135), assim como afirma o advogado popular Joviano Mayer, em entrevista à Morado (2016b). Segundo ele, “trata-se de um processo pedagógico de mão-dupla, no qual ambas as partes constroem conjuntamente novas práticas que se contraponham aos valores capitalistas calcados sobre o individualismo” (MAYER *apud* MORADO, 2016b, p. 135-136), ou seja, trata-se de uma ajuda mútua. Algumas dessas experiências vêm apontando para: “uma perspectiva mais concreta de trabalho dialógico entre ensino, reflexão crítica e necessidades habitacionais da população” (ANDRADE, 2020, p. 142).

5. Considerações finais

Entendendo existir um vínculo mais próximo entre as práticas de assessorias técnicas com a práxis cotidiana de territórios populares, aposta-se, assim como a arquiteta brasileira Rita Velloso (2020), na imanência dos outros modos de organização e arranjos espaciais que se consolidam no “âmbito da escala da vida cotidiana” das periferias das grandes cidades (VELLOSO, 2020, p. 170), principalmente as “latinoamericanas”. Para ela, “deve-se recuperar a dimensão do vínculo entre lutar e viver, entre práxis repetitiva e práxis inovadora” (VELLOSO, 2020, p. 170), apostando não só no cotidiano enquanto microescala, mas entendendo sua dimensão transescalar para a produção e reprodução da vida.

Enrique Dussel (2012) aponta como uma das três principais fontes do giro decolonial, a literatura latino-americana, exatamente por fornecer exemplos para a autoaprendizagem sócio-espacial, muito além de um ensino pautado por modelos. Talvez, num movimento antropofágico, seja possível enfatizarmos a necessidade de desescolarização da arquitetura, voltá-la para a autoaprendizagem pautada por exemplos sócio-espaciais trazidos pela literatura latino-americana e pelo cotidiano (BALTAZAR, 2019), sem contudo ignorar o conhecimento acumulado do campo (...) (BALTAZAR, 2020, p. 133).

Ao retomar a proposta do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (2017), a partir da diferenciação entre exemplo e modelo, Baltazar (2020) propõe que:

(...) em vez de um modelo de processo de projeto, em essência normativo e prescritivo, que leva a um produto impositivo acabado, podemos pensar na lógica do exemplo, que tem por pressupostos a experiência, a sensibilidade, a capacidade inventiva de “fazer algo diferentemente igual” ou “igualmente diferente” (Viveiros de Castro, 2017). No processo de projeto isso significa problematizar cada demanda, sem atropelar o processo definindo rapidamente um problema a ser solucionado a partir de um modelo (BALTAZAR, 2020, p. 125).

No lugar de um novo modelo de produção do espaço, a proposta é olhar para as muitas práticas, como as de autoprodução do espaço, as da OPA, e de tantas outras assessorias técnicas, e, assim, ir ao encontro da construção de ferramentas e estratégias sócio-espaciais que caminhem para outras lógicas da prática. Um bom exemplo pode ser visto na Política Nacional de Extensão Universitária, que prevê cinco diretrizes essenciais para a prática: “(i) interação dialógica; (ii) interdisciplinaridade e interprofissionalidade; (iii) indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; (iv) impacto na formação do estudante e (v) na transformação social” (FERRARI *et al*,

2019, p. 03). A pertinência em se olhar a fundo a experiência da OPA passa pela vivência, de dentro e de forma mais cotidiana, de uma cidade outra, com pessoas outras, invisíveis a um modo hegemônico de produção e reprodução da vida. Trazer as muitas inquietações que emergiram dessa experiência vem do anseio em refletir sobre o tipo de prática que vinha sendo feita e que poderia vir a ser feita, buscando um caminho que se pautasse pelo cotidiano das famílias.

6. Referências

ANDRADE, Luciana. “Por uma escola de [trans]formação urbana: contribuição heterodoxa do pensamento decolonial”. **Redobra**. N. 15, ano 6, pp. 137-152, 2020.

BALTAZAR, Ana Paula. “Além da representação: possibilidades das novas mídias na arquitetura”. **VIRUS**. São Carlos: n. 8, 2012.

BALTAZAR, Ana Paula. “Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial”. **Redobra**. N. 15, ano 6, pp. 121-136, 2020.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. “Assessoria Técnica com Interfaces”. **IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre: 2016.

FERRARI, Junia; RIERA, Hernan Espinoza; ZANATTA, Lucas Yuri Alves. “A extensão em construção: uma experiência de 'imersão' em Raposos/MG”. **Anais XVIII ENANPUR**. 2019.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

KAPP, Silke. “Moradia e contradições do projeto moderno”. **Interpretar Arquitetura**. Vol. 6, 2005.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. “Out of conceived space: for another history of architecture”. **The Proceedings of Spaces of History / Histories of Space: Emerging Approaches to the Study of the Built Environment**. Berkeley: University of California, 2010.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. “Architecture as Critical Exercise: Little pointers towards alternative practices”. **A free journal for Architecture**. Sheffield: Vol. 2, pp. 7-29, 2008.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. “Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema”. **Projetar**. Projeto como investigação: antologia. São Paulo: Altermarket, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. [manuscrito] - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MLB. **As propostas do MLB para a reforma urbana**. Recife, 2019.

MOASSAB, Andréia. “DE QUE LADO A ARQUITETURA ESTÁ?: REFLEXÕES SOBRE ENSINO, TECNOLOGIA, CLASSE E RELAÇÕES RACIAIS”. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**. Vol. 5, n. 1, pág. 08–19, 2020.

MOASSAB, Andréia; RUGERI, Maicon Rodrigo; FREITEZ CARRILLO, Oswaldo; NAME, Leo. “Andréia Moassab: Arquitetura, gênero e raça (entrevista)”. **Redobra**. N. 15, ano 6, pp. 19-50, 2020.

MORADO, Denise. “As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade”. **Cadernos Metrópole**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Vol. 18, pp. 145-164, 2016a.

MORADO, Denise . **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016b.

NOTINI, Letícia Araújo; LOPES, Marcela Silvano Brandão; NASCIMENTO, Luiza; TRIANI, Pedro. “Por uma Assessoria Técnica não colonizadora”. **XL Encontro e XXV Congresso de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul - ARQUISUR 2022**. Porto Alegre: 2022.

O OLHAR decolonial no campo da arquitetura e urbanismo: emergências atuais, 2020. Alagoas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, 13 jul. 2020. 1 vídeo (1h:55min). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yXC3tZHsKWU&ab_channel=aurbufal. Acesso em: 11 Jul. 2020. Participantes: Gabriela Leandro Pereira e Paulo Tavares. Canal oficial do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU/UFAL, Campus Maceió).

VELLOSO, Rita. “De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa”. **Redobra**. N. 15, ano 6, pág. 153-176, 2020.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência**: Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Notas finais

2. É importante destacar que a escolha pelos nomes “técnico” e “social” foram pauta de vários encontros do coletivo, devido à insatisfação com a limitação que os nomes traziam para a atuação de cada eixo. No entanto, não se chegou em alternativas melhores para os mesmos.

3. O termo América Latina, assim como suas derivações (latinoamericana, latinoamericano, etc) é aqui utilizado entre aspas, assim como referenciado pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2021) em seu último livro Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na “América Latina”, por ser um termo historicamente carregado de colonialidade, e a busca por novas designações ser uma constante nos estudos de(s)coloniais. Ver mais em HAESBAERT, 2021.